

Sobra de energia é de 1,5 milhão de quilowatts

A recessão que, no ano passado, atingiu mais profundamente o setor industrial, mudou, por completo, o quadro de suprimento de energia elétrica do País: da expectativa de racionamento no Sudeste, se Itaipu não entrasse em operação no prazo previsto, passou-se a uma sobra de 1,5 milhão de quilowatts por falta de mercado, fazendo com que o setor terminasse o ano com déficit operacional superior a Cr\$ 20 bilhões.

Contudo, os três anos de administração do governo Figueiredo foram marcados, no setor de energia, por mais três fatos significativos, além da reversão da expectativa do mercado de energia elétrica: um surpreendente crescimento da produção interna de petróleo, que evoluiu de 191 mil barris/dia em 1979 para 240 mil barris/dia no final de 1981, dando novo alento à desacreditada Petrobrás; a desaceleração do Programa Nuclear, cuja execução, contratuamente prevista para 1990, sofreu dois adiamentos, para 1995 e depois para o ano 2000, e a queda de ritmo de implantação do Proálcool, cuja meta de produzir 10,7 bilhões de litros na safra de 1985 foi postergada para 1987.

O governo Figueiredo caracterizou-se, também, por um abandono quase que completo dos programas de geração de outras fontes alternativas de energia, tornando-se evidente o fracasso do Programa do Carvão, cujas metas sofreram sucessivos adiamentos até serem praticamente abandonadas; do Proóleo, que sequer chegou a ser iniciado; da produção de óleo de xisto e de outras fontes de energia, como a eólica e a solar, que até 1979 eram estimuladas pelo governo.

A capacidade instalada de geração de energia elétrica no governo Figueiredo evoluiu de 28,6 mil MW em 1979 para cerca de 35,2 mil MW em 1981, apresentando um crescimento médio de 12% no período. O consumo, contudo, que havia crescido 13% em 1979 e 10,8% em 1980, deverá apresentar uma taxa negativa em 1981, em decorrência da queda da produção industrial. Os dados do consumo industrial no Rio e São Paulo, relativos ao segundo semestre de 1981, indicaram uma média de 1.850 mil

MW/h, contra a média de 2.000 MW/h registrada em idêntico período de 1980.

Em consequência dessa queda de consumo, que aparentemente se prolongará por todo o primeiro semestre do corrente ano, até que a produção industrial volte a se ativar, é possível que a entrada em operação das primeiras turbinas de Itaipu seja adiada por falta de mercado, embora, de qualquer forma, a empresa tenha de arcar com prejuízos decorrentes dos encargos financeiros, que este ano devem somar US\$ 600 milhões.

As dificuldades de mercado aliam-se as de ordem financeira, motivadas por políticas tarifárias irreais, sobretudo em 1980, reduzindo a rentabilidade das empresas do setor a 6% em 1980 e 7% em 1981, prevendo-se para 1982 alguma recuperação, em virtude do reajuste tarifário ser 3% acima dos índices do INPC.

A Eletrobrás, com uma dívida externa superior a US\$ 7 bilhões, agravada pelo aumento dos juros internacionais, está levantando recursos no Exterior (este ano, US\$ 1,6 bilhão) praticamente para pagar o serviço da dívida. A escassez de recursos gerou uma reprogramação das obras em construção, e que acrecerão a capacidade instalada, nos próximos cinco anos, em mais 27 mil MW, concentrando-se os esforços de investimentos praticamente em Itaipu, Tucuruí, Itaparica e Xingó, as duas últimas, no Nordeste.

Para a Eletrobrás, felizmente, a recessão em 1981 e redimensionamento do crescimento industrial, levaram a uma revisão das estimativas de crescimento do PIB nos próximos anos, e, em via de consequência, do consumo de energia elétrica. O Plano-95, elaborado pela empresa em 1979, prevendo a oferta e demanda de energia até a segunda metade da próxima década, em níveis anuais de 12,7%, o que exigiria uma capacidade instalada de 77 mil MW, foi substituído pelo Plano 2.000, que considera um crescimento de 7,1% anuais entre 1990 e 1995 e de 6,2% ao ano entre 1996 e o ano 2000; embora esteja sendo sustentada outra hipótese, de crescimento médio de 10% ao ano.